

INICIATIVAS EM TORNO DA CAFEICULTURA FAMILIAR NO SUL DE MINAS GERAIS: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM QUESTÃO

Paulo Eduardo Moruzzi Marques¹, Miguel Ângelo da Silveira², Dalcio Caron³

¹Prof. Dr. Departamento de Economia Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. DEAS/ESALQ/USP. Piracicaba, SP. pmarques@esalq.usp.br; ²Pesquisador Dr. Embrapa Meio Ambiente, Jaguariúna, SP. miguel@cnpmia.embrapa.br; ³Prof. Dr. Departamento de Economia Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. DEAS/ESALQ/USP. Piracicaba, SP. dalcicarun@esalq.usp.br

RESUMO: O objetivo deste trabalho consiste em discutir dois enfoques divergentes em torno da cafeicultura com vistas a fornecer elementos de análise para uma pesquisa acerca das dinâmicas territoriais, agricultura e sociedade. Cada vez mais, oportunidades se desenham para uma revalorização da cafeicultura, particularmente em sintonia com as idéias de fortalecer a agricultura familiar, de promover as dinâmicas territoriais e de preservar o meio ambiente. Porém, estas oportunidades concorrem com um modelo dominante de conceber os sistemas agro-alimentares no Brasil, no qual a agricultura consiste apenas em suporte para a produção de *commodities* indiferenciadas, baratas e abundantes.

Palavras-chave: cafeicultura familiar, dinâmicas territoriais, certificação de produtos alimentares, comércio justo e solidário, multifuncionalidade da agricultura.

1. Introdução

Em última análise, a modernização da agricultura orientou-se por uma diretriz quase exclusiva, aquela voltada ao aumento da produção e da produtividade. Paralelamente, observa-se um crescente poder da indústria alimentar e, cada vez mais, da grande distribuição de alimentos em impor seus critérios de qualidade dos alimentos, associados às suas marcas comerciais. Estas dinâmicas fornecem as bases sobre as quais se pode delinear um modo de conceber a agricultura, cujo papel é banalizado. Apesar da abundância da produção alimentar com custo relativamente baixo, esta banalidade da agricultura, com reflexos em torno da qualidade alimentar, preservação ambiental, ordenamento territorial e coesão do tecido social, preocupa profundamente muitos analistas e especialistas implicados na gestão dos sistemas agro-alimentares, além de implicar em desconfianças consideráveis nos consumidores-cidadãos.

Em oposição à concepção que negligencia importantes papéis da agricultura, diversas tendências recentes favorecem um outro olhar para a atividade agrícola, notadamente focado na qualidade dos produtos alimentares, nas especificidades territoriais e nos impactos socioambientais das formas de produzir. Em termos de políticas públicas, a emergência recente da categoria "território" favorece igualmente o debate e a construção de significados e estratégias com vistas a valorizar a agricultura em todas as suas dimensões.

Em particular, esta perspectiva de valorização das especificidades territoriais reforça a idéia segundo a qual os agricultores familiares devam ser protagonistas de iniciativas visando aspectos qualitativos do desenvolvimento, no qual a eficácia econômica caminha ao lado da conservação da biodiversidade, da qualidade alimentar, do equilíbrio territorial e da coesão social.

Convém ainda mencionar que a elaboração deste texto procurou, em grande medida, dialogar com as idéias do livro *A agricultura em busca de seus futuros*, cujo título sugere que o momento atual requer escolhas (LACOMBE, 2002). Efetivamente, esta reflexão procurou desenvolver argumentos para a interpretação da realidade em torno da cafeicultura brasileira,

com vistas notadamente a fornecer marcos referenciais para a investigação que se realiza no sul de Minas Gerais, no quadro da "Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil". Esta última se realiza no âmbito de uma equipe de pesquisadores, cujo produto principal é o livro *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar* (CARNEIRO e MALUF, 2003). Quais são as principais dinâmicas territoriais, quais suas repercussões sobre as representações em torno do território em questão e quais são os conflitos e perspectivas no âmbito dos principais projetos coletivos identificadas são problemas centrais desta pesquisa.

2. Aspectos metodológicos

A investigação mencionada acima tem como estratégia obter um amplo quadro das representações sobre a agricultura, território, desenvolvimento e meio-ambiente dos atores locais, sobretudo aqueles implicados de uma maneira ou de outra na cafeicultura. Em agosto de 2006, iniciou-se a identificação dos principais projetos coletivos e sua repercussão nas dinâmicas territoriais, considerando particularmente aspectos demográfico-sociais, econômicos, ambientais, histórico-culturais e espaciais. No âmbito dos marcos conceituais da pesquisa, projetos coletivos constituem arranjos de atores sociais e/ou institucionais em torno de objetivos e recursos compartilhados que intervêm sobre os territórios considerados. A propósito, esta definição permite analisar as dinâmicas territoriais induzidas por lógicas impostas pelas ações de empresas privadas, porém sem considerar tais processos no conjunto de projetos coletivos na medida em que não se trate de compartilhamento de recursos e objetivos e a cafeicultura familiar seja incorporada de forma totalmente subordinada. Nesta linha de abordagem, as dinâmicas territoriais são consideradas a partir principalmente do tipo de lógicas que as induz, associadas a quatro grupos de vetores: os projetos coletivos, as iniciativas de empresas privadas, mas também as ações fragmentadas e dispersas e as políticas públicas.

O território escolhido para esta investigação corresponde a três municípios da região Sul de Minas Gerais: Poço Fundo, Machado e Campestre. O primeiro destes municípios foi tomado como ponto de partida de nossas estratégias de coleta de informação. Poço Fundo localiza-se distante 395 km de Belo Horizonte, 455 km do Rio de Janeiro, 275 km de São Paulo e 1.110 km de Brasília. Com área de 475 km², clima tropical-temperado, temperatura média anual de 20°C e altitude máxima de 1435 m, Poço Fundo é uma típica cidade sul mineira, considerada atrativa para aqueles que, por exemplo, procuram desfrutar do contato com a natureza, ao lado de belas cachoeiras.

Distrito de Machado até 1923, Poço Fundo possuía, em 2000 de acordo com o IBGE (2007), uma população de 15.148 habitantes, 44,5% dela vivendo no meio rural. Segundo o censo agropecuário do IBGE, o município possui 1.698 estabelecimentos agrícolas, dos quais 1461 unidades podem ser consideradas familiares (81%). Nestes estabelecimentos, prevalece uma cafeicultura familiar vigorosa na medida em que é possível verificar uma diversidade de técnicas de produção e a multiplicação de processos inovadores de comercialização (notadamente, a exportação com selo justo e solidário, além do café orgânico, para a Europa, Estados Unidos e Japão).

De fato, esta cafeicultura se inscreve no quadro da considerável produção da região Sul de Minas Gerais, respondendo por 53% da produção estadual. Aliás, este estado é o maior produtor do país (58% do total do café brasileiro). Aqui, convém mencionar que a cafeicultura brasileira é, em grande medida, familiar (75% dos cafeicultores), cerca de 60% deste universo produzindo em áreas de até cinco hectares e respondendo por 25% da produção brasileira (BRASIL, 2006). Ademais, a cafeicultura familiar empregava em torno de 1,8 milhão de

peças/ano e priorizava o desenvolvimento de sistemas agroecológicos de produção (COELHO, 2005).

A escolha da pesquisa recaiu igualmente sobre o Sul de Minas por se tratar de uma região com diversidade considerável de produtos agrícolas e rico patrimônio alimentar e cultural. Por outro lado, cerca de 500 mil dos aproximadamente dois milhões de habitantes da região vivem em meio rural. Este conjunto de características foi estimado amplamente fecundo para fornecer elementos instigantes para a reflexão em torno das representações e dinâmicas territoriais.

As idéias que são desenvolvidas mais abaixo permitem apontar diferentes perspectivas que fundamentam discursos, práticas e projetos dos distintos atores considerados neste estudo. Nesta linha, pretende-se identificar os pressupostos que orientam as dinâmicas territoriais em suas múltiplas dimensões.

3. Discussão e resultados preliminares: O lugar da cafeicultura em dois modelos de qualidade

3.1 Qualidade, marcas comerciais e concepção industrial

A competitividade do setor agrícola constitui o objetivo recorrente de discursos e práticas em tomo do agro-negócio. Nesta perspectiva competitiva, defende-se a liberalização econômica em escala internacional por permitir uma regulação da agricultura unicamente pelos mecanismos de oferta e demanda. No cenário de retirada progressiva dos entraves ao livre comércio, as exportações agrícolas de *commodities* se multiplicariam, lógica que se justificaria pelo pressuposto de que os consumidores alcançariam grandes vantagens em razão da queda constante de preços. As firmas agroindustriais e as grandes redes de supermercados consolidam-se como atores que definem as regras do jogo, com campo livre para impor sua concepção de qualidade. Seus poderosos instrumentos de comunicação publicitária tornam suas marcas comerciais referência praticamente exclusiva para as escolhas dos consumidores.

Apesar de uma grande gama de produtos, estas empresas mostram fundamentalmente interesse, todavia, por uma matéria prima uniforme, com características as mais controláveis possíveis. A eficácia técnica da cadeia de transformação depende de uma "diferenciação tardia" dos produtos. Esta última permite reduzir estoques, prazos, horizontes de previsão, as oscilações da demanda, aumentando a produtividade dos sistemas. Tal lógica requer que a matéria prima alimentar tenha preços muito reduzidos e seja totalmente adaptada à produção industrial, num quadro no qual os processos de produção agrícola são padronizados a fim de reduzir ao máximo os custos de produção. O papel da agricultura se resume, assim, na oferta massiva e constante de produtos homogêneos e baratos.

Nesta ótica, a proveniência e a forma de produzir não constituem critérios pertinentes para a definição da qualidade, pois é a marca comercial das grandes empresas agro-industriais e da grande distribuição que guiam as escolhas dos consumidores. A propósito, a análise de John Wilkinson (2002) é das mais pertinentes para esta reflexão na medida em que fornece elementos instigantes sobre a evolução das estratégias agroindustriais, as posições de poder e as respostas dos gigantes do setor às críticas que lhe são dirigidas. De todo modo, o panorama em que a grande indústria alimentar e a grande distribuição definem livremente as regras do jogo é muito desfavorável à agricultura familiar, à salvaguarda da biodiversidade tropical, à dinamização dos territórios rurais e aos esforços com vista a uma oferta agrícola de qualidade superior em termos alimentares.

No caso da cafeicultura, as lógicas que negligenciam as formas e relações de produção se associam aos produtos indiferenciados, cujo lugar no mercado é ocupado pelo baixo preço associado à reputação das marcas das empresas torrefadoras e solubilizadoras que levam o

produto final ao consumidor. As tendências do consumo de café nos países importadores mostram uma recusa crescente a tal modelo, o fenômeno das certificações evidenciando a procura por outros referenciais de qualidade no lugar daqueles oferecidos unicamente pelas marcas comerciais.

Apesar da submissão da cafeicultura local às lógicas empresariais, a justificativa apresentada aqui para a ampla inscrição dos cafeicultores familiares no sistema se assenta na idéia da "praticidade". Um corretor de café entrevistado em Poço Fundo descreve sua atividade tal como uma espécie de banco popular. O cafeicultor familiar típico do município não tem conta bancária, confiando sua produção aos agentes locais de intermediação. Quando necessita dinheiro por qualquer razão, este indivíduo aciona o escritório de corretagem de café que o reembolsa de maneira praticamente imediata. O corretor recorre a uma seleção prévia do produto, sem a menor transparência junto ao produtor que é muito pouco encorajado a introduzir melhorias na qualidade de seu café, mesmo tomando em conta que a produção cafeeira requer um patamar elevado de cuidado e dedicação.

De toda maneira, a condição confortável de vida da maioria dos cafeicultores familiares de Poço Fundo fornece argumentos convenientes para justificar tal tipo de estruturação da cadeia produtiva: o interlocutor consultado insiste na argumentação segundo a qual, desde os anos 90, os cafeicultores poçofundenses conhecem uma significativa melhora de vida, especialmente notória em termos de qualidade de suas residências, em razão de uma boa remuneração do café na região. Porém, esta condição confortável é frequentemente ameaçada pelo jogo de interesses das grandes empresas da cadeia do café.

3.2 Qualidade e a territorialização da agricultura

A questão territorial favorece outra leitura dos problemas agrícolas e rurais. No lugar de impulsionar lógicas produtivistas, emergem perspectivas voltadas a reorientar o desenvolvimento considerando fatores sociais, culturais e naturais, articulados com o objetivo de valorizar as particularidades dos territórios. Sob o ponto de vista da economia territorial, Bernard Pecqueur (2001), entre outros autores, concebe o território como lugar de construção de recursos específicos, condição vista como essencial para a criação de bens diferenciados. Ganha terreno assim a idéia de que o espaço território carrega vida e cultura, fermento potencial do desenvolvimento. Trata-se de considerar com relevo o dinamismo dos indivíduos em suas iniciativas tanto nas esferas econômicas quanto nas socioculturais e ambientais.

Nesta perspectiva, a referência da análise social e da intervenção com vista ao desenvolvimento recaí sobre o processo de especificação, ou seja interessa revelar os recursos inéditos, que podem ser vistos como inovações, que são indissociáveis da memória social acumulada e de um processo de aquisição de conhecimento coletivo característico de cada território. Nesta linha, a qualificação e diferenciação dos recursos se assentam na idéia de que o território é uma unidade ativa de desenvolvimento. Enquanto realidade humana, o território dispõe de recursos materiais e não-materiais específicos, não transferíveis para outros lugares, frutos de uma história local particular. No plano das perspectivas de desenvolvimento territorial, considera-se em primeiro plano as ações coletivas dos atores locais. No âmbito de nossa pesquisa, este conjunto de interpretações nos leva a destacar um projeto coletivo de relevância maior, aquele da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (Coopfam), que será abordado mais abaixo.

O projeto em questão se inscreve no quadro das inovações na cafeicultura brasileira que podem alçá-la ao pioneirismo em termos da conciliação da produção agrícola com as vocações territoriais, nas quais dimensões tais como as identidades culturais, as iniciativas

sociais, as aptidões ecológicas e as ações ambientalistas passam a ser reconhecidas como essenciais.

Este modelo contrasta em grande medida com os eixos que orientam a pesquisa agropecuária, a assistência técnica e as políticas agrícolas na medida em que estas últimas se fundamentam na idéia de homogeneizar os métodos de produção sobre todos os territórios. A reorientação desta lógica por aquelas de cunho territorial implica em redirecionamento de esforços para a emergência e a valorização das especificidades locais. Nesta ordem de idéias, a qualidade dos produtos e serviços em torno da agricultura e do meio rural repousa em sua adaptação ecológica, em sua tipicidade, na diversidade, na originalidade e em seus benefícios sócio-ambientais.

Estas dimensões se associam a uma série de idéias forjadas, sobretudo, no debate em torno da noção de desenvolvimento sustentável. Seu impacto sobre a percepção coletiva e escolhas individuais ganha proporções não negligenciáveis. Nestas circunstâncias, passa a ser objeto de reflexão e debate o lugar da agricultura no que se refere à qualidade dos alimentos, à saúde, aos estilos de vida, às culturas locais, ao equilíbrio dos tecidos sociais e à preservação dos recursos naturais.

Portanto, é pertinente se interrogar em que medida ganhará terreno uma representação social sobre qualidade de vida cuja essência consiste em sua harmonia com a preservação dos sistemas naturais, com saúde física e mental, com alimentação saudável e com coesão social. Nesta linha de raciocínio, a agricultura e o espaço rural podem ser vistos como esferas que devem se reorientar para oferecer meios para tal estilo de vida. Oportuno assinalar que esta representação sobre a qualidade de vida favorece, em grande medida, o reconhecimento da agricultura familiar como forma de produção capaz de responder a um amplo leque de expectativas ambientais, sociais e culturais.

3.3 Uma experiência no âmbito de uma abordagem territorial sobre qualidade em cafeicultura

De toda evidência, a cafeicultura brasileira tem apresentado respostas a expectativas e demandas por produtos associados à representação de qualidade destacada acima. No âmbito da pesquisa no Sul de Minas Gerais, os projetos em torno da Coopfam, talvez a referência mais importante na oferta mundial de café orgânico *Fair Trade* vinda do Brasil (Silveira, Caron, Moruzzi Marques e Yamamoto, 2006), foram escolhidos para a análise em razão de sua profunda ancoragem nestas tendências em torno das representações de qualidade.

Segundo seu presidente, a Coopfam é fruto de uma reflexão que se inicia nos anos 80, claramente marcada pela ação social da Comissão Pastoral da Terra. A constatação de que as condições de vida das famílias dos agricultores se degradavam, o êxodo rural se acentuava e o apego aos valores em torno da terra se apagava incitou os jovens de Poço Fundo a resistir e a recusar tais processos como uma fatalidade. Assim, abraçaram a idéia de construir alternativas com vistas à revalorização da atividade agrícola familiar.

Vale lembrar que Poço Fundo recebeu muitos imigrantes italianos e portugueses, além de brasileiros natos (inclusive ex-escravos) que ocuparam as terras montanhosas da região. O testemunho de nosso interlocutor revela que estes agricultores viveram com relativa fartura até o período de grandes transformações provocadas pela modernização da agricultura brasileira. Mesmo que estas terras não tenham se tornado alvo da cobiça de grandes proprietários fundiários em busca de terra mecanizável, as novas dinâmicas agrícolas enfraquecem as estratégias até então adotadas visando à reprodução social das unidades de produção familiar. Portanto, é nestas circunstâncias que se desenvolve a idéia de reconversão à agricultura orgânica, o que abre outras frentes de oportunidades para a cafeicultura familiar de Poço Fundo.

Num primeiro momento, em 1991, um grupo destes agricultores organizou-se para fundar uma associação de pequenos produtores. Mais tarde, passam a investir decididamente na agricultura orgânica, solicitando a certificação da Associação de Agricultura Orgânica de São Paulo (AAO). Nesta linha, a procura por uma certificadora com reconhecimento internacional levou a associação de Poço Fundo à certificadora BCS OKO Garantie (alemã) e, ainda, à FLO, Fair Trade Labeling Organisation, selo do Comércio Justo.¹

Em 2002, foram exportados os primeiros lotes de café orgânico *fair trade*, o que favorece a abertura de outros canais para a exportação nestes moldes. A associação investe pouco a pouco em equipamentos e estrutura para este tipo de inserção no mercado de café. Neste processo, a fundação de uma cooperativa foi considerada essencial, o que ocorreu em 16 de novembro de 2003, inicialmente com 20 cooperados, o que foi logo ampliado: em 2004, a cooperativa contava 196 filiados, agricultores com área média de 3 a 7 hectares. Deste conjunto, 130 eram, na ocasião, orgânicos. Desde então, os recursos da cooperativa são destinados também a projetos sociais abrangendo as famílias dos cooperados e também a comunidade local (entre eles, a educação das crianças aparece com destaque).

Segundo Sérgio Pedini (2005), a experiência de produção e comercialização certificada de café rompe com a dependência da cafeicultura familiar com os canais tradicionais, cujas lógicas a exclui e expropria. De fato, um sentido maior do comércio justo e solidário reside na possibilidade de obter uma remuneração importante do trabalho realizado pelo agricultor e sua família. Ademais, as cartas de intenção em torno do comércio justo e solidário evocam igualmente a idéia de garantir o respeito aos direitos fundamentais dos seres humanos, de favorecer a preservação ambiental e de oferecer aos consumidores produtos de qualidade reconhecida. A propósito, a igualdade de gênero constitui um critério de reconhecimento do comércio justo e solidário. No âmbito da Coopfam, tal debate ocorre no grupo de mulheres da cooperativa, que apontou o desenvolvimento do turismo rural como atividade com potencial de promover uma maior participação feminina.

Em Machado, oportuno também observar, realizou-se, em 2000, a primeira Conferência Internacional sobre Mercado Justo e Café. Nesta ocasião, um episódio inusitado despertou particularmente a atenção dos atores locais: um grupo de japoneses desejou conhecer a produção do café orgânico que consumia, o que reforçou ainda mais uma percepção favorável, por parte dos atores locais, ao engajamento no processo (Pedini, 2005). Neste cenário, há um interesse crescente pelas certificações, inclusive aquelas de indicação geográfica de qualidade.

O objetivo atual da Coopfam consiste em atender os padrões de qualidade do sistema, adotando notadamente práticas ambientais que correspondam aos critérios que se consolidam em termos de referência de qualidade do comércio justo e solidário. Assim, a cooperativa investe na idéia de reforçar sua estrutura de apoio a seus filiados, apostando numa estratégia de agregar valor aos seus produtos. A torrefação, apesar de não corresponder à demanda de café para a exportação (em razão de prazos de consumo e logísticas sofisticadas), passa a ser considerada na perspectiva de explorar um mercado brasileiro em vias de se constituir em torno do café orgânico, fruto do comércio justo e solidário. Efetivamente, as estratégias adotadas até o presente se mostraram capazes de conferir um notório reconhecimento social a Coopfam, o que tem favorecido a constituição de parcerias e apoios.

¹ Enquanto maior certificadora internacional de outorga do selo comércio justo e solidário, a FLO considera uma série de requisitos ambientais e sociais para realizar seus objetivos. Entre estes últimos, convém destacar: 1. o estabelecimento de preços mínimos e de acordos de longo prazo a fim de reduzir os riscos dos pequenos produtores diante das flutuações de mercado; 2. a remuneração com preços acima do mercado; 3. a incitação a uma maior aproximação entre produtores e consumidores; 4. a oferta de pré-financiamento da produção; 5. a ampla divulgação de informações aos componentes da cadeia; 6. o apoio aos pequenos produtores com vistas ao acesso a mercados.

Ainda cabe abordar, em poucas linhas, a influência das políticas públicas nas dinâmicas territoriais impulsionadas pelo projeto coletivo que pode ser batizado de “arranjo produtivo orgânico e com relações de comércio justo e solidário”. A linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi identificada como a principal intervenção pública em Poço Fundo de todos os níveis da hierarquia estatal, tanto nos planos municipal e estadual como no federal. Tal linha fornece, indistintamente, financiamento para as duas lógicas em torno da cafeicultura familiar. Em suas modalidades crédito e investimento, estes recursos têm favorecido, sobretudo, o incremento das atividades cafeeiras, mas também é notadamente empregado para o cultivo do milho e para a pecuária leiteira. Segundo o técnico local da Emater, foram financiados, nos últimos anos, 1014 projetos entre custeio e investimento. Nas circunvizinhanças de Alfenas, Poço Fundo é o município no qual existe o maior número de contratos assinados. O valor dos projetos oscila entre R\$ 6.000,00 e 18.000,00, aplicados, no caso do café, na instalação de terrenos, secadores de café e outras máquinas e equipamentos. Os agricultores de Poço Fundo são, geralmente, enquadrados nas categorias “C” e “D” da agricultura familiar, segundo o critério do Pronaf. Mais específica, a linha Pronaf Agroecologia parece mais apropriada para dinâmicas territoriais impulsionadas pela cafeicultura orgânica e pelo comércio justo e solidário. No entanto, o número de filiados à Coopfam que tomaram este crédito é muito pequeno (cerca de 20 cafeicultores).

Este é o quadro no qual está sendo desenvolvida a pesquisa mencionada inicialmente, cujos objetivos se inscrevem na análise de processos sociais em torno da qualidade de produtos diferenciados da agricultura familiar e em torno do desenvolvimento territorial.

Box 1
Principais características da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (Coopfam)
<p>O estímulo da Pastoral da Terra constitui um aspecto primordial para o início de uma reflexão coletiva sobre a cafeicultura orgânica.</p> <p>Os cooperados são exclusivamente considerados como agricultores familiares.</p> <p>A principal atividade é a comercialização de café orgânico e sem agrotóxico (Sat) produzido pelos agricultores cooperados.</p> <p>A abrangência da cooperativa é regional (Poço Fundo, Natércia, Andradas e Campestre, MG). Oito Núcleos de Bairros formam um eixo da organização, no qual se desenvolvem discussões sobre técnicas, troca de experiências, repasse de informações, recepção da produção, beneficiamento, embalagem, criação e administração de canais de comercialização.</p> <p>O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar constitui o programa mais importante de financiamento da produção dos cooperados.</p> <p>A produção da cooperativa transita pela Exprinsul (Exportadora Princesa do Sul) em Varginha, MG, que também é certificada <i>Fair trade</i> e atende mercados dos EUA, Inglaterra, Itália e Dinamarca.</p>

5. Conclusões

Concepções sobre a qualidade de vida forjadas no debate sobre a sustentabilidade social e ambiental fornecem elementos consistentes de crítica que promovem reorientações em torno das escolhas de produtos e serviços, notadamente no campo da agricultura. Trata-se de uma disposição favorável a uma gestão social e ambiental sustentável, cujos aspectos fundamentais consistem em reforçar atividades geradoras de renda e ocupação para a

agricultura familiar acompanhadas de iniciativas que notadamente respeitem a natureza, garantam qualidade alimentar e permitam uma dinamização territorial.

A cafeicultura brasileira já apresenta respostas a estas novas demandas e expectativas em torno da qualidade dos produtos alimentares. Todavia, estas dinâmicas deparam com um modelo convencional de conceber a agricultura, que poderia, em rápidas linhas, ser identificado como produtivista/industrial.

No projeto de pesquisa em desenvolvimento no Sul de Minas Gerais, pretende-se, a partir desta construção de referências para a análise do debate local, discutir os diferentes impactos na representação sobre o território e as maneiras como a agricultura familiar é incorporada nas dinâmicas territoriais. Neste quadro, a cafeicultura familiar considerada apresenta iniciativas das mais arrojadas com vistas a tracionar dinâmicas econômicas, sociais, políticas e ambientais, forjando um particular e valorizado desenho territorial.

Referências Bibliográficas

- BRASIL (2006). Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Portal da Secretaria da Agricultura Familiar*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf>>, acesso em 15 de setembro.
- COELHO, F. M. G (2005). O café num outro retrato do Brasil rural: o lugar da agricultura familiar. *Informe Agropecuário*, Edição especial. Belo Horizonte, v. 26, p. 9-16..
- LACOMBE, Philippe (2002). *L'agriculture à la recherche de ses futurs*, Paris: éditions de l'Aube e Datar.
- CARNEIRO, Maria José e MALUF, Renato [org.] (2003). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad.
- IBGE. *IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 7 mar 07.
- MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo, SILVEIRA, Miguel Angelo da e CARON, Dalcio (2007). Qualidade e diferenciação em torno do café: modelos em concorrência. *V Simpósio de pesquisa dos cafés do Brasil*, Águas de Lindóia/SP: Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café.
- PECQUER, Bernard (2002). "Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés". *Economie Rurale* n° 261, Paris, pp. 37-49.
- PEDINI, Sergio (2005). "Certificação e comercialização de cafés da agricultura familiar". *Informe Agropecuário*, Edição especial, Belo Horizonte, v. 26, p. 118-124.
- SILVEIRA, Miguel Angelo da; CARON, Dalcio; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo e IAMAMOTO, André Toshio V (2006). "Análise da multifuncionalidade e desenvolvimento territorial em áreas de cafeicultura familiar no Sul de Minas Gerais", *VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural*, Quito, Equador.
- WILKINSON, John (2002). "Os gigantes da indústria alimentar: entre a grande distribuição e os novos clusters a montante", *Revista Sociedade e Agricultura* n° 18. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, pp. 147-174.